



Roque Sofio

Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 26 de junho
de 2015

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S.Cristóvão – Requalificação do Parque Desportivo de S.Cristóvão
- 2º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Construção de sanitários públicos no Cemitério da Freguesia
- 3º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S.Cristóvão – Construção de acessibilidades à Secretaria da Junta de Freguesia
- 4º. Ponto – Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e CERCIMOR – Lar Residencial - Inalentejo
- 5º. Ponto – Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Castelo e Arrabalde
- 6º. Ponto – Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de São Pedro
- 7º. Ponto - Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Avenida e Antigo Campo da Feira
- 8º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos a Sra. Presidente da Assembleia Municipal e de seguida a mesa procedeu à chamada verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Celeste de Jesus General Leirias, Dário Miguel Tregeira Coelho, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sónia Cristina S. dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio,

João António Abrantes Caldeira, em substituição de José Vicente Grulha e Lina Graça Maltês em substituição de Telmo Caldeira.

Ausentes desta sessão esteve a Sra. Sílvia Cristina Gomes Soares, o Sr. José Vicente Grulha e o Sr. Telmo Caldeira, sendo que todos justificaram a respetiva ausência.

Estiveram ainda presentes nesta reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Dr^a. Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores, João Marques, Henrique Lopes. Não participaram nesta sessão os Sr(s). Vereadores António Pinetra e Olímpio Galvão. Retomou o uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal para apresentar a proposta de inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos, sendo que a alteração a aprovar seria:

8º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração – ATL de Verão 2015

9º. Ponto – Informação da atividade da Câmara Municipal

Dado não ter havido, nenhuma objeção por parte dos eleitos, foi a proposta aprovada. De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia, voltou a usar da palavra para colocar à votação a proposta de ata da sessão anterior.

Sobre esta questão a eleita Sra. Sónia Ramos pediu para intervir apresentando uma alteração à proposta de ata. Não havendo mais pedidos de alteração, foi a mesma votada e aprovada por unanimidade, com a alteração introduzida.

Deu-se início ao período antes da ordem do dia, tendo o eleito Sr. António Danado, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, solicitado o uso da palavra para questionar a Câmara se estará agendado o encerramento de qualquer escola do 1º. Ciclo ou Jardim de Infância público, no concelho de Montemor-o-Novo. Colocou ainda uma outra questão sobre o modo como irá ser organizada a estrutura do Centro Escolar. Existem muitas dúvidas, essencialmente para os pais, nomeadamente quais os Jardins de Infância que serão integrados, quantas turmas, como serão fornecidas as refeições, entre outras.

Para responder às questões colocadas interveio o Sr. Vereador João Marques, tendo afirmado que neste momento a obra foi dada como concluída, estando em falta apenas a colocação de alguns brinquedos.

Também as salas de aulas estão devidamente equipadas, decorrendo a aquisição de material pedagógico. Informou ainda o mesmo eleito, que está agendada para o início do mês de julho, uma reunião com o Agrupamento de Escolas, para coordenação do trabalho de parceria a realizar com a Câmara Municipal.

A infraestrutura dispõe de seis salas destinadas ao ensino básico e quatro para o jardim de infância. Posteriormente a Câmara irá agendar também uma reunião com a União de Freguesias para definir competências. Ainda no uso da palavra, afirmou que o Centro Escolar dispõe de uma sala de refeições, pelo que as crianças afetas ao Jardim de Infância tomarão aí as suas refeições, as quais serão fornecidas pela Escola EB 2,3. As crianças integradas no 1º. Ciclo está previsto que façam as suas refeições no refeitório afeto à Escola Secundária, no entanto este assunto ainda está em discussão, para melhor coordenação e funcionalidade, com o Agrupamento Escolar. Neste momento, o maior problema, existente está relacionado com o pessoal auxiliar, sendo que a Câmara está a dialogar com a Dgeste e o Agrupamento Escolar, no sentido de resolver a questão, tão breve quanto possível.

Vogue Sofia

Pedi a palavra de seguida, o eleito Sr. Joaquim Galvão, questionando a Câmara Municipal, sobre a ocupação de terrenos da Santa Casa da Misericórdia, aquando da construção do Centro Escolar.

Em resposta, a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Vereador João Marques informou que primeiro, é necessário esclarecer toda a situação, pois a afirmação do anterior eleito não é totalmente verdadeira. Neste momento, decorrem averiguações, no sentido de perceber os limites dos dois terrenos, dado que a documentação que as duas entidades possuem não são coincidentes. Acrescentou ainda, que desde o início da obra, nas várias reuniões, foi proposto pela Câmara à Santa Casa da Misericórdia a realização de uma permuta de terrenos para acerto de extremas, pelo que foi assumido, entre as duas partes, com a presença do Sr. Provedor, na altura, que a permuta seria formalizada no final da obra, quando fossem aprovadas as telas finais. É este o acordo realizado com a Santa Casa da Misericórdia, sendo que a mesma tem na sua posse documentação comprovativa. Estranhamente, veio agora a Santa Casa da Misericórdia confrontar a Câmara com essa situação, pelo que desde logo nos prontificámos a reunir para esclarecimento da situação. Não existe por parte do Município, nenhuma intenção de ocupar terrenos que não sejam propriedade municipal, disse o mesmo eleito.

Ainda sobre a mesma questão, a eleita Sra. Sónia Ramos perguntou como é que só agora se conclui que os registos existentes não sejam coincidentes e porque é que no início das negociações não foi feita uma análise mais cuidada da documentação. Referiu ainda que, na sua opinião, o problema surge agora, dado que a permuta não foi devidamente formalizada, ainda mais tratando-se de um equipamento financiado pelo QREN.

Pedi novamente o uso da palavra, o eleito Sr. Joaquim Galvão afirmando que é referido nos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia que o Sr. Provedor não tem competência para autorizar permutas de terrenos ou alienação de bens e que essa decisão tem que ser obrigatoriamente aprovada em Assembleia, pelo que a Câmara deveria ter tido o cuidado de requerer a esse órgão essa aceitação. Estamos por isso em risco, da atual Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia embargar a obra em causa.

Pedi de novo para intervir o Sr. Vereador João Marques reafirmando que o procedimento não foi protocolado, uma vez que apenas com as telas finais era possível apurar a área a permutar. O objetivo neste momento é apurar os limites dos terrenos de ambas as partes.

Voltou a usar da palavra a eleita, Sra. Sónia Ramos para dizer que no registo predial a Câmara pode também fazer a confrontação da cartografia existente.

Ainda no período antes da ordem dia, pediu para usar da palavra o eleito Sr. Pedro Bento, para perguntar à Sra. Presidente da Câmara Municipal se os vereadores, sem pelouros, não participaram nas visitas ao Cortiço e ao Ciborro, porque não foram convidados ou por outra razão.

Em resposta à questão colocada, a Sra. Presidente afirmou que estas iniciativas visam esclarecer dúvidas e questões relacionadas com o funcionamento dos pelouros atribuídos, no entanto todas as iniciativas são sempre abertas à participação de todos os eleitos.

Retomou o uso da palavra o mesmo eleito, pelo Partido Socialista, afirmando que já que todos dos vereadores foram eleitos, nas mesmas circunstâncias, deixava o apelo aos vereadores sem pelouros que participem nas visitas às freguesias, para conhecer os reais problemas das populações.

Ainda, sobre a construção do Centro Escolar, pediu a palavra o eleito Sr. Augusto Pascoal, para interpelar a Câmara Municipal sobre a existência de garantia que os autocarros da Rodoviária, possam parar junto ao Centro Escolar, para que as crianças possam sair em maior segurança. Uma outra preocupação, manifestada pelo mesmo eleito, relaciona-se com o pessoal auxiliar, colocado pela Dgeste. Na sua opinião, a Assembleia Municipal poderia fazer essa exigência, nomeadamente a colocação, logo que possível, do pessoal e a sua formação adequada, para o seu relacionamento, com as crianças desta faixa etária.

Ainda no uso da palavra, referiu-se ao problema da Etar de Cortiçadas de Lavre, devido aos maus cheiros, solicitando à Câmara uma solução. Salientou ainda, a urgente necessidade de reparação da estrada de acesso, em que permanentemente vandalizam a sinalização que apela à redução da velocidade. O mesmo eleito, falou ainda da necessidade de verificação/manutenção das lombas de redução de velocidade e da situação de degradação do Parque Infantil, que pode vir ainda a causar ferimentos graves às crianças.

Em resposta ao eleito Sr. Augusto Pascoal, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que todas as questões referidas relativamente ao Centro Escolar, nomeadamente quanto ao défice do pessoal auxiliar e a sua formação são uma preocupação também da Câmara e têm sido colocadas ao Agrupamento Escolar e serão também um dos temas a ser tratado na reunião que irá decorrer com a Dgeste. Relativamente à questão dos transportes públicos, informou que a faixa etária das crianças que vão frequentar o equipamento, é transportada ou pelos transportes municipais ou das freguesias, não utilizando os transportes públicos.

Quanto aos trabalhos relacionados com a rede viária, em Cortiçadas de Lavre, referiu que está previsto nas Opções do Plano a possibilidade de uma intervenção, com recurso a empréstimo bancário, sendo que decorre neste momento a fase de execução de projeto, para posterior avaliação do custo da mesma, sendo prioritárias as intervenções nas estradas Lavre- Ciborro e Alto da Mata-Pitamariça.

No que respeita à Etar, as informações dos serviços técnicos, não apontam para a existência de qualquer anomalia, no entanto, vamos voltar a verificar a situação.

Quanto à situação das lombas, vamos verificar a possibilidade de intervenção no sentido da sua manutenção. Informou ainda que foi feito um levantamento do estado de conservação de todos os Parques Infantis, de maneira a que possa ser feita uma intervenção conjunta de conservação dos mesmos, assim como a substituição de alguns equipamentos.

Seguidamente, pediu para intervir o eleito Sr. Manuel Coelho, para se referir à falta de limpeza das bermas, há alguns anos, o que acarreta dois problemas, os incêndios e a segurança das pessoas.

Relativamente a esta questão, a Sra. Presidente respondeu que, com a extensão de seiscentos quilómetros de rede viária, como tem o nosso concelho, é impossível realizar a sua manutenção com a periodicidade que todos gostaríamos, a que acresce a falta de pessoal, naquele serviço, que por motivo de aposentação e da limitação de

No que sou

contratação, imposta pelo governo, que se tem verificado. Esta manutenção está a ser feita, com a celeridade possível, no entanto, a dimensão do concelho não permite uma intervenção atempada.

Sobre o assunto em debate, pediu a palavra o eleito Sr. Duarte Luz, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, para informar que tiveram início ontem os trabalhos de manutenção das bermas, na via que liga S.Brissos a Escoural.

Pediu a palavra, de seguida, o eleito Sr. Joaquim Galvão para questionar a Câmara sobre a questão da atribuição à ADRAL da gestão e dinamização do CAME, sendo que o parecer do ROC da CIMAC sugeria que a mesma deveria ser dissolvida.

Quanto a esta questão, a Sra. Presidente afirmou que a ADRAL foi desde o início parceira da Câmara na instalação do CAME, fazendo parte do seu núcleo constituente. Passados dois anos verificou-se a necessidade de reforçar a componente de gestão, sendo atribuída agora à ADRAL a função de coordenação, reforçando o protocolo inicial.

Afirmou ainda que não cabe aos Revisores Oficiais de Contas dissolver empresas ou dizer quais deverão ser dissolvidas, pelo que as entidades competentes farão, no devido tempo, a respetiva avaliação da situação.

Ainda sobre o assunto em análise, interveio a eleita Sra. Sónia Ramos para afirmar que esta atitude da Câmara, apenas revela incompetência a nível da promoção do emprego, da valorização do concelho e na captação de investimento.

Sobre esta intervenção, a Sra. Presidente informou que a gestão do CAME continua a ser da responsabilidade da Câmara Municipal, tal como foi desde o início da sua criação, pelo que o protocolo agora estabelecido refere-se exclusivamente à equipa de Coordenação e Gestão direta do CAME. Pelo contrário, esta medida permite a permanência de um Gestor na sua coordenação, correspondendo a uma maior capacidade de intervenção.

De seguida, pediu a palavra a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins, informando que também naquela freguesia, se verifica a necessidade de manutenção do Parque Infantil. Referiu-se ainda à falta de limpeza nas bermas. Questionou de seguida a Câmara Municipal para quando a reparação da Rua S.João de Deus, que está a ficar intransitável.

Em resposta às questões, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que está agendada a intervenção na referida rua, tal como já comunicado à Junta de Freguesia. Referiu ainda que o processo de identificação das necessidades e o contato com as entidades para a intervenção/manutenção está em fase de conclusão, pelo que oportunamente as freguesias serão informadas sobre as prioridades dos parques a intervir.

Encerrado, o período de antes da ordem do dia, a Sra. Presidente da Assembleia deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

1º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S.Cristóvão – Requalificação do Parque Desportivo de S.Cristóvão.

A Sra. Presidente da Câmara informou que esta proposta surge no âmbito da colaboração entre a Câmara Municipal e as freguesias do concelho, no sentido de valorizar e beneficiar esta área, da freguesia de S.Cristóvão.

Não havendo pedidos de esclarecimento, foi o documento colocado à votação.

Nogueira Sofia

Deliberação: Aprovado por maioria, com uma abstenção do eleito pelo CDS.

2º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Construção de sanitários públicos no Cemitério da Freguesia

A Sra. Presidente da Câmara informou que a proposta está relacionada com um apoio no âmbito dos Protocolos de Colaboração para construção de sanitários públicos no cemitério, por ter sido identificada como uma questão prioritária a resolver, naquela freguesia.

Em relação a este ponto, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Bastos para referir que a freguesia de Cabrela aguarda a construção de uns sanitários públicos junto ao Parque de Merendas, há cerca de cinco anos, apesar de haver já um projeto elaborado para os mesmos.

Relativamente à questão colocada pelo eleito, a Sra. Presidente afirmou que vai verificar a situação tratada com a Junta de Freguesia, relativamente à construção dos sanitários.

E não havendo pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

3º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de S.Cristóvão – Construção de acessibilidades à Secretaria da Junta de Freguesia

A Sra. Presidente da Câmara esclareceu que esta proposta de intervenção é referente ao apoio para construção de uma rampa de acesso às instalações principais da secretaria da Junta de Freguesia, destinando-se a resolver as barreiras de acessibilidade e mobilidade, naquela freguesia com uma população bastante envelhecida.

Pediu a palavra, a eleita Sra. Sónia Ramos questionando a Câmara Municipal se por parte das restantes Juntas de Freguesias, também se tem verificado a preocupação de dotar das respetivas acessibilidades a serviços públicos ou se ocorreu pontualmente apenas este Protocolo, com a freguesia em questão.

A Sra. Presidente da Câmara respondeu à questão afirmando que estes apoios têm-se verificado, para com todas as freguesias, sempre que assim se justifique e sempre que seja possível de resolução.

Ainda sobre o mesmo assunto, pediu a palavra a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro, Sra. Helena Sabino Salvaterra, informando que a referida freguesia, tem feito um trabalho de levantamento destas necessidades e resolvido algumas situações, mas sem apoio da Câmara Municipal.

E não havendo, mais nenhuma questão sobre o referido ponto, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o documento apresentado.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4º. Ponto – Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e CERCIMOR – Lar Residencial – Inalentejo

Manuel Coelho

Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a Sra. Presidente informou que a proposta apresentada a aprovação da Assembleia Municipal se trata de um Protocolo estabelecido entre a Câmara e a Cercimor para financiamento da parte não comparticipada, tal como tem acontecido, com outras IPSS(s) do concelho, o qual será faseado entre 2015 e 2019.

Sobre este assunto, o eleito Sr. Manuel Coelho, pediu para intervir, referindo-se à designação do Projeto, em análise, sendo que na sua opinião não será a mais correta. E não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia, colocou a votação a proposta.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

5º. Ponto – Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Castelo e Arrabalde

A Sra. Presidente da Câmara interveio, fazendo um enquadramento genérico sobre os três pontos seguintes da ordem de trabalhos.

Tendo em vista a necessidade dar seguimento às intervenções de reabilitação urbana, que têm vindo a ser operadas nos últimos anos e ao abrigo da legislação sobre a reabilitação urbana, a Câmara Municipal decidiu aprovar três Áreas de Reabilitação Urbana, sendo que uma delas é a revisão de uma já existente. Visam dar continuidade às intervenções ao nível da promoção e coesão urbana e funcional da cidade, da promoção da melhoria da mobilidade e acessibilidade, da renovação à superfície das infraestruturas enterradas, assim como da valorização económica das atividades culturais, do património e do saber, podendo vir a motivar e a incentivar os privados a reabilitar o seu património.

Conjugando os investimentos públicos e privados, para que possam, dar lugar à captação de novos residentes, novos visitantes e novas atividades económicas.

Quanto ao ponto cinco, esta área está delimitada desde a fundação da cidade e o seu desenvolvimento até ao século quinze e refere-se a um conjunto de intervenções ao nível da reabilitação de infraestruturas e também de equipamentos e de espaços públicos.

Relativamente ao ponto seis, é apresentada uma proposta de delimitação de uma área contígua à ARU do Castelo e Arrabalde e inclui a antiga zona industrial associada ao caminho de ferro e onde se encontra hoje as antigas instalações da EPAC, irá complementar uma intervenção, que teve início há alguns anos, de qualificação do Largo Machado dos Santos e da área habitacional envolvente, sendo ainda aqui incluídas a área de entrada da Ecopista do Montado e a área empresarial do Terrado.

O ponto sete, refere-se à proposta de delimitação da ARU da Avenida e Antigo Campo da Feira, sendo que os objetivos não são alterados face à Área de Reabilitação Urbana aprovada, sendo apenas realizados alguns acertos do ponto de vista da sua delimitação, de modo a permitir a contiguidade entre as três intervenções. Esta área abrange grande parte da área do Projeto Montemor Pedra a Pedra, de toda a área de extensão da Avenida Gago Coutinho.

Pediu a palavra o eleito Sr. Augusto Pascoal saudando a Câmara Municipal pelo conjunto de iniciativas, esta cidade tem história, tem cultura e é assim que Montemor se vai construindo pedra a pedra.

De seguida, a eleita Sra. Sónia Ramos interveio para sugerir que matérias deste tipo deveriam ser apresentadas por técnicos da Câmara, através de explicações mais cuidadas e rigorosas, sobre cada uma das opções. Questionou de seguida a Sra. Presidente sobre se será possível enunciar quais os grandes projetos a nível urbano a que a Câmara está a pensar candidatar-se, relativamente a cada uma das ARU's.

Não houve até hoje, uma monitorização da Carta Estratégica 2007/2017, não sabendo por isso qual a percentagem de cumprimento por parte da Câmara.

Em resposta à questão colocada, a Sra. Presidente afirmou que estas ARU's são enquadradas no Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, sendo que a Câmara já utilizou anteriormente este mecanismo para fundamentar outras intervenções. Disse ainda que na ARU do Castelo e Arrabalde considera que as intervenções estruturais a candidatar são a Reabilitação do Convento da Saudação e a instalação do Centro de Artes Transdisciplinares, na ARU de S.Pedro existe a possibilidade de intervenção ao nível de equipamentos quer públicos, quer privados. No caso da ARU da Avenida e Campo da Feira podem ser aqui enquadrados investimentos a nível do património, como o Convento de S.Francisco e o Cine Teatro Curvo Semedo.

Estas aprovações que estamos hoje a realizar, são a fase inicial de todo este processo, sendo que a Câmara posteriormente poderá informar de forma estruturada, o modo como pretende organizar e apresentar as várias candidaturas.

Informou que está a decorrer neste momento o trabalho de avaliação e revisão da Carta Estratégica, sendo posteriormente elaborado o Relatório Final desse mesmo trabalho, o qual será remetido à Assembleia Municipal, para conhecimento.

Ainda sobre a mesma matéria, pediu a palavra o eleito Sr. Alexandre Pirata, salientando a visibilidade das intervenções, no âmbito do Projeto Montemor Pedra a Pedra, que tornou muito mais aprazível toda a área intervencionada.

E não havendo mais pedidos de intervenção, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o quinto ponto da ordem de trabalhos.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Interveio de seguida, o eleito Sr. Manuel Coelho para questionar a Câmara Municipal sobre quais os edifícios que são propriedade da Câmara Municipal na Área de Reabilitação Urbana de S.Pedro, para além do antigo edifício da EPAC.

Em resposta à questão colocada, a Sra. Presidente informou que são também propriedade da Câmara, os edifícios onde se encontra instalado o Parque de máquinas e viaturas e as oficinas.

Voltou a usar da palavra o eleito Sr. Manuel Coelho perguntando sobre quais os edifícios que irão receber as intervenções de modernização administrativa.

Seguidamente, a Sra. Presidente da Câmara informou que essas intervenções serão nas instalações da ex- EPAC e destinam-se aos serviços técnicos da Câmara.

Não havendo mais dúvidas, foi colocada à votação o sexto ponto da ordem de trabalhos.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Retomando o uso da palavra a Sra. Presidente da Assembleia perguntou se existiam questões, acerca do sétimo ponto e não havendo nenhuma questão, foi colocado à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

8º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração para a criação de ATL de Verão – Ano 2015

Relativamente a esta proposta, a Sra. Presidente da Câmara Municipal referiu tratar-se de um Protocolo celebrado entre a Câmara e as Juntas de Freguesia que pretenderem aderir ao mesmo e em que a Câmara se compromete a dar apoio para monitores e material didático, para que possam ser desenvolvidos ATL's de Verão.

Sobre esta matéria, pediu a palavra o eleito Sr. Manuel Coelho, salientando que estes Protocolos têm sido muito importantes, nomeadamente na freguesia do Cíborro, apenas considera que o pagamento por parte da Câmara seja demasiado tardio.

De seguida, pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Sra. do Bispo e Silveiras, Sr. António Danado, para lembrar aos restantes Presidentes de Junta que os referidos Protocolos requerem primeiramente a aprovação por parte da Assembleia de Freguesia.

Acrescentou ainda que a celebração destes Protocolos tem sido uma mais-valia na ocupação das crianças.

Sobre o assunto em análise, pediu a palavra, o eleito Sr. Rui Páscoa também ele afirmando que o ATL de Verão em S.Geraldo tem funcionado bastante bem. Questionou de seguida se os monitores destinados ao ATL terão que possuir formação específica.

Retomou a palavra a Sra. Presidente da Câmara referindo que o apoio concedido pela Câmara fica dependente do envio por parte das Juntas de Freguesia do Relatório de atividades e do Mapa financeiro das despesas realizadas, sendo que por vezes esse envio é feito muito tardiamente.

Pediu ainda a palavra, o eleito Sr. Augusto Pascoal afirmando que existem muitos jovens com qualificação, que não têm oportunidade de fazer esse trabalho com as crianças.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

9º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Para além da informação expressa no documento enviado, a Sra. Presidente da Câmara pediu a palavra para referir que teve lugar esta semana, no CAME, o terceiro Encontro da Rede de Empresas do Alentejo Central promovido pelo Núcleo Empresarial da Região de Évora, que possibilitou a apresentação dos empresários de Montemor a empresários do Alentejo Central e até mesmo de fora desta região.

De seguida, pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, informando que o ATL de Cortiçadas de Lavre e Lavre já decorre neste momento. Tem sido uma preocupação da Junta de Freguesia adequar os monitores às crianças e ao meio onde se encontram inseridas e à sua faixa etária.

Pediu para usar da palavra, seguidamente a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Cíborro, Sra. Helena Sabino Salvaterra, solicitando que sempre que possível, a Junta seja informada das intervenções a realizar por parte dos serviços da Câmara.

Pediu a palavra, a eleita Sra. Sónia Ramos para agradecer o envio da documentação solicitada, na última sessão. No entanto, a informação remetida é pouco clara, sendo que ficou com as mesmas dúvidas.

Questionou ainda a Sra. Presidente da Câmara se tinha conhecimento da inauguração do Novo Centro de Saúde no dia 3 de julho, pelas quinze horas.

Pediu para intervir ainda o eleito Sr. Joaquim Bastos informando que toda a sinalização informativa existente na freguesia de Cabrela, foi suportada pela Junta.

Foram colocadas recentemente novas lombas, sem recurso ao apoio da Câmara também. Apresentou ainda a sugestão da celebração de um Protocolo para realização de um furo que possibilite a rega do campo de futebol, sem ter que recorrer à água da rede pública. Salientou ainda que aquela freguesia, é a única que não integra a parceria com as Águas Públicas do Alentejo.

Referiu ainda o mesmo eleito, que o Convento de S.Domingos ficou esquecido, quando da realização das obras do Projeto Pedra a Pedra.

Retomando o uso da palavra, a Sra. Presidente afirmou que em relação à informação enviada, considera que a mesma é bastante detalhada. Informou ainda, que vai verificar se chegou à Câmara Municipal a informação prestada pela eleita pelo Partido Social Democrata, sobre a inauguração do novo Centro de Saúde. Em resposta ao eleito Sr. Bastos, referiu que estas intervenções realizadas pela Junta de Freguesia de Cabrela, evidenciam a capacidade financeira que a freguesia possui.

Ainda no uso da palavra a Sra. Presidente referiu que as intervenções na área de reabilitação urbana podem abranger intervenções quer das autarquias locais, quer de parceiros privados. Haverá posteriormente oportunidade de identificar as necessidades de intervenção que possam vir a ser candidatas para o Convento de S.Domingos.

Ainda neste ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Ciburro, Maria Helena Salvaterra para referir que não é dado conhecimento das intervenções realizadas pela Câmara Municipal na sua freguesia, intervindo a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins, referindo que o mesmo sucede na sua freguesia.

De seguida foi dada a palavra ao público, tendo usado da palavra o Sr. João Dias, para perguntar se o Protocolo antes aprovado, também se pode realizar para ao ATL's que funcionam durante o ano letivo. Questionou ainda como podem efetuar pedidos de transporte para os mesmos.

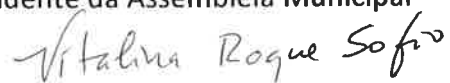
Em resposta à questão a Sra. Presidente informou que os referidos ATL's são apoiados através dos apoios concedidos às IPSS(s).Relativamente aos pedidos de transporte serão alvo de análise e posterior resposta.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e quinze minutos, tendo a Assembleia Municipal deliberado aprovar por unanimidade, que na designação do ponto quatro da ordem de trabalhos se deve retirar a referência INALENTEJO. Assim o ponto quatro passa ter a seguinte designação: Proposta de Protocolo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Cercimor – Lar Residencial.

Foi seguidamente aprovada, por unanimidade, esta ata em minuta ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal



Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues

Assembleia Municipal Montemor-o-Novo

De: Paula Cristina Pinto Martins [paulapintomartins@sapo.pt]
Enviado: quinta-feira, 3 de Setembro de 2015 11:25
Para: Assembleia Municipal Montemor-o-Novo
Assunto: Proposta de alteração de Ata da reunião de 26 de junho de 2015

Exma. Senhora Presidente,

Conforme solicitado na Assembleia do passado dia 1 de setembro, venho propor a seguinte alteração na Ata da reunião de 26 de junho de 2015, na página 10 entre as linhas 23 e 26 deverá ler-se "A Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro, Maria Helena Salvaterrapara, para referir que não é dado conhecimento das intervenções realizadas pela Câmara Municipal na sua freguesia, intervindo a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Paula Martins, referindo que o mesmo sucede na sua freguesia."

Com os melhores cumprimentos,

Paula Martins